

# REVISTA MARACANAN

## Notas de Pesquisa

### **Revisitando discursos acerca de corpos negros, femininos e (nada) subservientes: uma análise comparada do gênero em *Gabriela, cravo e canela* e *Cidade de Deus***

*Revisiting discourses about black, female and (un)submissive bodies: a comparative analysis of gender in Gabriela and City of God*

**Juliana Carvalho da Silva\***

Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

**Recebido em:** 05 maio 2023.

**Aprovado em:** 06 set. 2023.


**Publicado em:** 29 dez. 2023.



---

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Brasil - Código de Financiamento 001.

\* Mestranda no Programa de Pós-graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. (carvalhojuliana0701@gmail.com)

 <https://orcid.org/0009-0008-8050-102X>

 <http://lattes.cnpq.br/3107536478172671>

## Resumo

O presente trabalho se debruça na análise crítica da construção histórico social dos corpos femininos negros e mulatos, desde o período colonial até a contemporaneidade, focalizando na produção literária e como essa apresenta-se quanto perpetuadora de tais estereótipos. Assim, serão utilizados os conceitos de raça e gênero elaborados por Michel Foucault e Gilberto Freyre, bem como a produção intelectual e decolonial de nomes como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro. Para que seja possível tal debate, coloca-se em foco as personagens Gabriela, de Jorge Amado, e Berenice, de Paulo Lins, visando compreender como se dão suas construções e como essas podem ou não reverberar na maneira que a sociedade brasileira enxerga as mulheres negras.

**Palavras-chave:** Mulheres. Raça e Gênero. Jorge Amado. Paulo Lins. Literatura.

## Abstract

The present work focuses on the critical analysis of the historical and social construction of black and mulatto female bodies, from the colonial period to contemporary times, focusing on literary production and how it presents itself as a perpetuator of such stereotypes. Thus, the concepts of race and gender elaborated by Michel Foucault and Gilberto Freyre will be used, as well as the intellectual and decolonial production of names such as Lélia Gonzalez and Sueli Carneiro. In order to make such a debate possible, the characters Gabriela, by Jorge Amado, and Berenice, by Paulo Lins, are put in focus, aiming to understand how their constructions take place and how they may or may not reverberate in the way Brazilian society sees black women.

**Keywords:** Women. Race and Gender. Jorge Amado. Paulo Lins. Literature.

O banzo renasce em mim  
E a mulher da aldeia  
Pede e clama na chama negra  
Que lhe queima entre as pernas  
O desejo de retomar  
De recolher para o seu útero-terra  
As sementes que o vento espalhou  
Pelas ruas.

Conceição Evaristo (2008).

## Introdução

As revoluções do século XIX promoveram mudanças que iriam além do caráter econômico: agora, modificava-se também percepções políticas e sociais. As mudanças de mentalidade, o surgimento do capitalismo e o avanço das potências europeias, somados, acarretaram o desenvolvimento dos conceitos de gênero e raça, o que permitiu que “pessoas fossem exploradas, e sociedades, estratificadas” (Oyewúmi, 2004, p. 1).

A ciência ocidental se encarregou na produção de noções raciais que, baseadas no *darwinismo social*, construíram uma dicotomia entre civilização (branco) *versus* barbárie (negro). O naturalista sueco Lineu, em sua famosa obra *Systema naturae*, dividiu o *Homo Sapiens* em quatro específicas categorias: o homem branco surge com olhos azuis, cabelo louros, engenhoso e regido pelas leis/razão; o asiático é melancólico e severo, sendo regido pela opinião; o americano apresenta-se como teimoso e alegre, que erra “em liberdade” e é regido pelos costumes; o africano é o homem de cabelos crespos, lábios grossos, pele oleosa e é vagabundo, negligente e preguiçoso (*apud* Da Silveira, 1999, p. 99).

O darwinismo social também instaurou a ideia de que os indivíduos são, *por natureza*, desiguais, e valendo-se de outras ciências da época, como a etnologia, a genética e a neurologia, buscou demonstrar que os seres “inferiores” deviam morrer mais cedo ou deixar menos descendentes (Cf.: Blanc, 1994). A genética, nesse sentido, foi uma das mais importantes aliadas, uma vez que, baseando-se em características supérfluas, como a cor da pele e/ou traços físicos, definia os indivíduos em superiores e inferiores. Os naturalistas tampouco isentaram-se em construir discursos raciais, em que, mais uma vez, as demais raças seriam *sempre* inferiores a branca/caucasiana. Em linhas claras, se o negro, aos olhos do homem branco e/ou europeu assume a posição de *outro* – o inferior, o perigoso, o selvagem – seriam, portanto, desprovidos de racionalidade e incapazes de serem donos de seus próprios destinos, cabendo ao homem branco a função de *educar* e *civilizar* os demais (Cf.: Fanon, 2008).

Durante o período escravocrata, a figura da mulher negra esteve ligada à Casa Grande, aos afazeres domésticos e cuidados relacionamos aos filhos das sinhás – são essas mulheres,

portanto, que no período pós-escravidão (bem como suas descendentes) exercem o papel do que mais tarde se conheceria como empregada doméstica. Como apontam Flávio Gomes e Olívia Cunha (2007, p. 11), “a sujeição, subordinação e a desumanização, que davam inteligibilidade à experiência de cativo, foram requalificadas num contexto posterior ao término formal da escravidão, no qual relações de trabalho, de hierarquias e de poder abrigaram identidades sociais não idênticas...”.

Torna-se mais seguro afirmar que a figura da mulher negra voltada ao trabalho do lar tem raízes históricas: são essas mulheres cozinheiras, babás e limpadoras. De fato, as mulheres brancas também estavam fadadas ao espaço doméstico, mas, bem diferente das negras, essas assumem a posição de manutenção da ordem no lar – ainda que limitadas, possuíam mais liberdade e respeito, e exerciam poder, muitas vezes de forma direta, sobre as “outras”.

Ângela Davis (2016), debruçando-se sobre a questão escravocrata estadunidense, traz à luz que não é possível analisar as questões de gênero sem que esse apareça intrinsecamente ligado à concepção de raça, isto é, se as mulheres brancas foram silenciadas, violentadas e desvalidadas séculos a fio, as mulheres negras possuem o agravante de sua condição racial. O pensamento de Sueli Carneiro (2003), em consonância com a visão de Davis, salienta que a mulher negra, enquanto mercadoria e trabalhadora em tempo integral, era submetida – tal qual os homens negros – a trabalhos braçais; todavia, sua condição de *mulher* trazia a violência sexual e castigos específicos a essas, geralmente de cunho sexual. Sobre a interseção de raça e gênero, Carneiro diz ainda que

As imagens de gênero que se estabelecem a partir do trabalho enrudecador, da degradação da sexualidade e da marginalização social, irão reproduzir até os dias de hoje a desvalorização social, estética e cultural das mulheres negras e a supervalorização no imaginário social das mulheres brancas, bem como a desvalorização dos homens negros em relação aos homens brancos. Isso resulta na concepção de mulheres e homens negros enquanto gêneros subalternizados, onde nem a marca biológica feminina é capaz de promover a mulher negra à condição plena de mulher e tampouco a condição biológica masculina se mostra suficiente para alçar os homens negros à plena condição masculina, tal como instituída pela cultura hegemônica (Carneiro, 2003 *apud* Ratts, 2003, p. 5).

Em relação a maternidade – ainda que compulsória e tema central das pautas feministas futuramente –, essa era exclusividade da *branquitude*. A sexualidade feminina, na Modernidade, era tratada e controlada desde muito cedo, iniciando-se na infância. Meninas passavam mais tempo dentro de casa, saíam precocemente das escolas, bem como mais vigiadas. Elas são, muitas vezes, mais educadas do que instruídas, e sua virgindade é personagem principal de suas vidas, sendo tratada quase de forma obsessiva (Cf.: Perrot, 2007). Já no que diz respeito as mulheres negras escravizadas, seu corpo é servil e reprodutor, estando bem distante da visão santificada do corpo feminino branco, e tampouco havia uma relação de afeto entre senhor e escravizada. Assim, essas mulheres eram divididas em mucamas ou trabalhadoras de eito: as primeiras trabalhavam dentro da Casa Grande, educando, cuidando e amamentando crianças brancas; enquanto as últimas realizavam trabalhos de ordem braçal (Gonzales, 2016, p. 403).

A supressão tardia do sistema escravocrata, em 1888, trazia aos intelectuais brasileiros a preocupação acerca das construções de Nação e de identidade nacional, uma vez que havia agora uma “nova categoria”, os ex-escravizados. Os legisladores da época acreditavam que negros e “mulatos” não estavam prontos para a vida em sociedade, causadores esses de desordem e vadiagem, buscando ao máximo evitar a ociosidade desses indivíduos (Cf.: Chalhoub, 1988), e assim, a sociedade brasileira, que pretendia ser branca, europeizada e cristã, buscava embranquecer sua população – o que geraria problemáticas conceituais como a mestiçagem e a democracia racial.

A mestiçagem, projeto iniciado desde o século XIX e que se estenderia aos intelectuais das primeiras décadas do século XX, está distante de uma questão biológica e se mostraria um tanto quanto complexa. Schwarcz (1993), ao debruçar-se sobre a construção da ideia de nação entre as décadas de 1870-1930, salienta que essa dividir-se-ia em dois modelos distintos. De um lado, o liberalismo despontava como esperança de progresso e modernidade; do outro, o racismo era a base explicativa das desigualdades sociais. Assim, enquanto o primeiro aposta no indivíduo como agente do progresso, o segundo o limita a seu grupo social – aqui caracterizado pela *raça*. Em um primeiro momento, a miscigenação foi apontada enquanto degenerativa, uma vez que impedia os sonhos de progresso e civilidade – os *homens da ciência* entendiam e explicavam as diferenças sociais influenciados pelo determinismo, o evolucionismo e o darwinismo social. A autora salienta ainda que o Brasil foi entendido e explicado pautado nos conceitos de *raça*, deixando seus signos políticos, econômicos e sociais em segundo plano. A visão de degradação sofreria um deslocamento somente em 1930, em que assumiria então o modelo eugenista: o Brasil doente e que necessita higienização é intrinsecamente associado ao pobre e ao negro.

Por outro lado, a virada para o século XX também traria a inserção da corrente *culturalista* em que se desenvolve a ideia de não haver um determinismo biológico, colocando a cultura como pilar para entender a sociedade e seus indivíduos. Franz Boas, importante nome entre os culturalistas, influenciaria na produção de Casa Grande e Senzala e, de acordo com o próprio Freyre

Foi o estudo de Antropologia sob a orientação do Professor Boas que primeiro me revelou o negro e o mulato no seu justo valor – separados dos traços de *raça* os efeitos do ambiente ou da experiência cultural. Aprendi a considerar fundamental a diferença entre *raça* e cultura; a discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e os de influências sociais, de herança cultural e de meio. Neste critério de diferenciação fundamental entre *raça* e cultura assenta todo o plano deste ensaio. Também no da diferenciação entre hereditariedade de *raça* e hereditariedade de família (Freyre, 2003, p. 32 *apud* Zuccolotto, 2012).

Assim, entusiastas como Gilberto Freyre defendiam que a mistura das *raças* faria do país um local “de todas as cores”, que daria origem a uma sociedade sem preconceitos ou divisões raciais, uma vez que “híbrida desde o início, a sociedade brasileira é de todas da América a que se constituiu mais harmoniosamente quanto às relações de *raça*” (Freyre, 1975 [1933], p. 91). Portanto, buscou-se embranquecer os brasileiros que, quanto mais distantes da herança africana

(e escravocrata), mais fácil seria para que esses pudessem ascender socialmente. E da ascensão social surge a problemática da “cordialidade”:

essa simpatia e essa cordialidade transbordam principalmente do mulato. [...] O mulato formado, em competição com o advogado branco, com o médico, com o político, procurou vencer o competidor, agradando mais do que eles aos clientes, ao público, ao eleitorado, ao “Povo” [...]. E esse desejo de intimidade com as pessoas nos parece vir [...] de condições peculiares ao período de rápida ascensão de um grupo numeroso, da população – o grupo mulato – *ansiosa de encurtar, pelos meios mais doces, a distância social entre ela e o grupo dominante* (Freyre, 1996, p. 644-646. Grifos nossos).

Não tardaria para a elaboração de uma ideia de democracia racial. É através da noção inclusão-exclusão das parcelas negras da população que, falsamente, cria-se a ideia de que este é um país multirracial e multicultural, em que todas as raças – bem como a fusão entre elas – convivem em harmonia, negros, mulatos e brancos estão “por igual” nessa sociedade.

### **A figura da mulata: servil e desejável**

A relação História e Literatura, mesmo que tão próximas, sempre foi um tanto quanto difícil. No que se refere a questão epistemológica, entretanto, ambas se baseiam em narrativas que constroem enredos que possibilitam configurações temporais (Pesavento, 2003, p. 33). Se, durante muito tempo, a Literatura foi tratada – principalmente pelos historiadores ocidentais – como algo puramente ficcional, em que o autor transcreve apenas aquilo que deseja, a história cultural debruçou-se nas obras literárias para entender personagens e sociedades. Concorde-se ainda com John Pocock (2006) de que o discurso ou uma linguagem é, na verdade, uma estrutura complexa que, para além do vocabulário propriamente dito, traz um conjunto de implicações e usos que podem ser utilizados para propósitos políticos.

O historiador Felipe Charbel (2016) atenta ainda que a historicidade passou então a constituir uma ferramenta satisfatória à produção discursiva que, embora não possuísse caráter científico, não passou a ter menos aspiração a verdade sobre a História. Em linhas claras, ainda que ficcional, a Literatura mostrou-se como elemento importante para se entender como as sociedades prestam contas com o passado. Ainda de acordo com o autor, foi também a Literatura, principalmente a realista, quem permitiu uma interferência performática no real que, a partir da lúdica linguagem, constitui sistemas de representações sociais. Dito isto, o presente artigo se propõe a debater, de forma crítica, as personagens Gabriela, de Jorge Amado, e Berenice, de Paulo Lins, cujo recorte temporal está entre as décadas de 1950 e 1970.<sup>1</sup>

Destarte, há que se considerar duas questões, a fim de melhor situar o leitor. A primeira é que, muito embora Jorge Amado e Paulo Lins sejam escritores homens com personagens

<sup>1</sup> Reitera-se que, apesar de o romance *Cidade de Deus* ter sido lançado apenas em 1997, sua história se passa na década de 1970, a partir do surgimento, no Rio de Janeiro, da comunidade que leva o mesmo nome.

marginalizadas e periféricas postas no centro de suas tramas, Amado é branco e Lins é negro. Entendendo aqui a Literatura enquanto uma interferência performática no real que, a partir da lúdica linguagem, constitui sistemas de representações sociais (Cf.: Charbel, 2016), torna-se mais confortável compreender os literatos enquanto *agentes produtos de discurso*, uma vez que, a partir da linguagem literária, se produz sentidos atrelados à consciência. Michel Foucault (2001) salienta ainda que é possível encontrar na Literatura transgressões de saberes que tanto dominam quanto fazem dominar, construindo uma recíproca de saber-poder, à medida que “a literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas” (Candido, 2011, p. 177).

Contudo, o intelectual não está isento das forças sociais que o cercam, em que ambos Amado e Lins estão sob uma construção histórica patriarcal-colonial. A *colonialidade*, mais profunda e duradoura do que o sistema socioeconômico que lhe dá origem – o colonialismo –, entranham-se em tudo: nas relações político-sociais, nas produções de conhecimento, e faz com que as relações se articulem a partir das categorias raciais. A colonialidade perpetua-se na cultura, na auto-imagem das populações que dessa sofrem influência, em representações simbólicas e epistemológicas. De acordo com De Andrade (2017, p. 4), essa articula-se em “três mecanismos: a colonialidade do poder, a colonialidade do saber e a colonialidade do ser”. Destarte, não é de se estranhar que a construção – bem como a reprodução – de estereótipos dentro do campo literário atuem diretamente nos intelectuais que a produzem, atingindo até mesmo autores negros que apresentam personagens femininas negras, como é o caso de Paulo Lins, transitando entre a infantilização e a hipersexualização.

A segunda debruça-se sobre a questão do tempo-espço em que os autores estão inseridos: *Gabriela, Cravo e Canela*, é uma obra lançada em 1958, quando o cenário pós-Segunda Guerra contava com mais mulheres nas esferas públicas e com o surgimento de discussões sobre as questões de gênero – à época, Simone de Beauvoir já havia lançado *O Segundo Sexo* (1949); já *Cidade de Deus* é lançada apenas em 1997, ano em que a favela e seus símbolos/personagens despontam como temas principais, botando em xeque a violência, essa enquanto produto da pobreza.

À primeira vista, as personagens apresentam-se distantes. Entretanto, quanto analisadas a fundo, ambas demonstram que, infelizmente, tanto Jorge Amado quanto Paulo Lins recorrem à uma visão estereotipada da mulher negra, tão presente na literatura brasileira, uma vez que essa “*desde a sua formação até a contemporaneidade*, apresenta um discurso que insiste em proclamar, em instituir, uma diferença negativa para a mulher negra” (Cf.: Evaristo, 2005. Grifos nossos). Tendo como padrão de beleza a mulher branca, reserva-se à figura da mulata/mestiça/negra a hipersexualização, cabendo a essas o cruel estigma da reprodução da herança escravocrata das mucamas: são excelentes cozinheiras e amantes ardentes (Cf.: Gonzalez, 1984), associadas tantas vezes as relações extraconjugais. É interessante analisar a dualidade acerca da mulher negra/mestiça: se, por um lado, é sexualizada e estereotipada, por

outro vê-se inviabilizada. Em suma, essas mulheres estão marcadas pela transitoriedade que vai do trabalho ao prazer

A escrava de cor criou para a mulher branca das casas grandes e das menores, condições de vida amena, fácil e da maior parte das vezes ociosa. Cozinhas, lavava, passava a ferro, esfregava de joelhos o chão das salas e dos quartos, cuidava dos filhos da senhora e satisfazia as exigências do senhor. Tinha seus próprios filhos, o dever e a fatal solidariedade de amparar seu companheiro, de sofrer com os outros escravos da senzala e do eito e de submeter-se aos castigos corporais que lhes eram, pessoalmente, destinados. [...] O amor para a escrava [...] tinha aspectos de verdadeiro pesadelo (Hanner, 1978, p. 120-121).

Observa-se, então, como o ideal de servilismo – seja esse sexual ou doméstico – está intrinsecamente atrelado à figura do corpo negro feminino, o que permitiria a construção da mulata enquanto símbolo de uma “brasilidade”. Todavia, cabe à essa mulher um não-lugar, uma vez que, enquanto mestiça, apenas transita entre estereótipos e opressões – e representada, na maioria das vezes, sem desenvolvimento intelectual.

De forma nada aleatória e símbolo máximo da mestiçagem, Gabriela não demonstra nenhuma preocupação com os laços matrimoniais, em andar vestida como se esperava – é descrita sempre com os cabelos bagunçados, de vestido curto, os pés descalços – e tampouco enxerga o sexo enquanto ato reprodutor. Muito embora outras personagens amadianas, presentes na mesma obra, fujam da lógica patriarcal, Gabriela tem um “quê” a mais: é bonita, fogosa, lábios de pitanga, exímia cozinheira e que – literalmente – exala cheiro de cravo com canela, encantando e assustando os homens, incluindo Seu Nacib, que se “apaixona” por ela, tentando impor a personagem todo tipo de regra comportamental, muitas vezes sem o menor sucesso:

Não a deixava rir por um tudo ou por um nada como era o seu costume. Reprendia-a a todo momento, por ninharias, no desejo de torná-la igual as senhoras dos médicos e advogados, dos coronéis e comerciantes. “Não fale alto, é feio” cochichava-lhe no cinema. “Sente-se direito, não estenda as pernas, feche os joelhos”. “Com esses sapatos, não. Bote os novos, para que tem?”. “Ponha um vestido decente” (Amado, 2012, p. 308).

Destarte, a relação do homem branco para com a mulher negra/mulata assume um tom canibalesco, que advém de uma construção erótica que os autores brasileiros “desenvolveram por mimetismo de neocolonizado” (Laroche, 1989, p. 16), observando-se sempre a conotação de “comer”, “devorar” e “caçar” essas mulheres. Não obstante, Gabriela assume então uma dupla serventia: a de cama e de mesa – é exímia cozinheira e amante; conquista pelos temperos e pelas coxas grossas e de um tom marrom brilhante

Seu Nacib era para casar com moça distinta, toda nos “brinques”, calçando sapato, meia de seda, usando perfume. Moça donzela, sem vício de homem. Gabriela servia para cozinhar, a casa arrumar, a roupa lavar, com homem deitar. Não velho e feio, não por dinheiro, por gostar de deitar (*Ibidem*, p.181-82).

Berenice também assume uma posição de cama e mesa, da mulher negra servil, na relação com o malandro Cabelereira



No dia seguinte (Cabeleira) iria ver Berenice e logicamente saber a sua decisão sobre o seu pedido de namoro. Amaria aquela preta gostosa de todas as formas. Ela parecia ser um gado responsa. Precisava de uma mulher para fazer sua comida, lavar-lhe a roupa e entregar-se aos seus braços na hora que ele bem entendesse. Acreditava que ela aceitaria, tinha dado bola pra ele na casa do Carlinho Pretinho, fez questão de fazer seu prato, até mostrou-lhe as pernas. Tinha de dar certo, pois só assim esqueceria Cleide (Lins, 1997, p. 69).

Portanto, assim como Nacib, Cabelereira espera da mulher amada a postura de cozinheira, lavadeira e cuidadora, além de “ter que ser” amante ardente. As relações de gênero, em *Cidade de Deus*, são explicitamente desiguais, em que aos sábados os homens “dormiam ou continuavam nas biroschas”, enquanto que as mulheres, acordadas desde muito cedo, faxinavam as casas e enchiam os salões de beleza (*Ibidem*, p. 108). Trazendo à luz o que salienta Rachel de Soihet (1997, p. 367), as mulheres das camadas menos abastadas (ou populares), bebiam em ideais impostos as mulheres das classes dominantes, em que mantinham, por exemplo, aspiração ao casamento formal e – embora reagissem – acabam por aceitar a predominância masculina.

Levanta-se, então, a seguinte problemática: ainda que a população negra, periférica e popular tenha visões, regras e vivências específicas, não está isenta do ideal burguês estabelecido. Essas mulheres – que vivem de formas completamente distintas das mulheres brancas – também buscam se enquadrar em uma família nuclear (Cf.: De Beauvoir, 2014). A sociedade patriarcal de Gabriela, que esperava da moça os bons modos, é realocada e adaptada para realidade da favela carioca que também entendia que as moças de família não andavam sozinhas noite afora.

Nada aleatório, à medida em que o país se modernizou, os meios de comunicação estreitaram as relações com o público – e, principalmente, com o feminino. As revistas que eram voltadas às mulheres (brancas) possuíam sempre as mesmas temáticas: receitas, dicas de beleza, tendências da moda... Beleza e inteligência não seriam compatíveis a essas – sendo preferível sempre exercer a primeira. A exemplo, cita-se o *Jornal das Moças*. O *Jornal das Moças*, maior revista feminina em circulação na década de 1950, debruçava-se sobre assuntos domésticos, vestimentas, culinária e higiene. Uma revista “100% familiar. A revista que o senhor e a senhora podem deixar em sua casa porque não há perigo de perversão em nenhuma de suas páginas” (*Jornal das Moças*, n. 2237, maio 1958, p. 61).

Nem mesmo os movimentos progressistas da esquerda estavam preocupados em dar voz as mulheres: as primeiras discussões da esquerda comunista mostravam-se descontentes com a presença feminina na luta operária inglesa, alegando essa ser condenável pois afastava as mulheres de seu propósito de “cuidar do lar e dos filhos” (Cf.: Engels, 1844). Apenas em 1846, em *Ideologia Alemã*, Marx e Engels finalmente discutiram a questão da emancipação feminina, associando-a ao trabalho assalariado. A presença da mulher no âmbito privado do lar passava a ser anexa à propriedade privada burguesa.

É claro que, mesmo com limitações, havia uma forte presença feminina na causa comunista no Brasil, e suas reivindicações – um tanto quanto desorganizadas no começo – estavam mais atreladas a exploração fabril do que a subordinação sofrida na sociedade patriarcal

(Cf.: Pena, 1981, p. 183). O Partido Comunista do Brasil passaria a dedicar maior atenção as manifestações femininas apenas quando o partido adentra a legalidade, em 1945.

## Conclusões

Em suma, Berenice, Gabriela e tantas outras personagens populares são descritas por seus traços físicos/sexuais, ou por seus atributos para cozinha, mas não denotam desenvolvimento psíquico elaborado. Andando em uma corda bamba, essas mulheres são tanto desejadas quanto invisibilizadas e, para além disso, a visão judaico-cristã ocidental garantiu o controle dos corpos femininos. Mulheres que reconhecem seus corpos e anseios são, desde o passado até os dias de hoje, vistas como “putas”, como devassas perigosas que, na realidade, faziam tal qual os homens e apenas exerciam seus desejos. Assim, se o homem negro ficou marcado pelo caráter violento e estuprador (Cf.: Davis, 2018), as mulheres negras passaram a ser vistas como fogosas insaciáveis – o que, de forma cruel, usava-se para justificar os abusos cometidos pelos senhores escravocratas.

A modernidade também produziria noções acerca da sexualidade. Assim, a fim de entender a visão foucaultiana sobre essa, torna-se necessário previamente compreender o que o autor denomina enquanto “dispositivo da sexualidade”: a junção de diversas práticas, discursivas ou não, bem como os saberes e poderes que visam estabelecer regras e/ou verdades sobre os corpos, visando controlá-los, estando esse diretamente relacionado com o tempo e a sociedade no qual está inserido, uma vez que busca responder demandas tanto morais, quanto sociais, quanto políticas (Cf.: Foucault, 1999).

Outra personagem amadiana, Negra Doroteia, em *Tenda dos Milagres*, é ainda mais marginalizada do que Gabriela que, por ser uma mulher *mestiça*, possui a beleza negra e uma certa evolução herdada da branquitude. Extremamente ligada ao cunho sexual, Doroteia é também chamada de Iaba (sim, a terminologia não é aleatória e remete as entidades femininas do culto de matriz afro-brasileira)

É público e notório que as iabás podem virar mulheres de invulgar beleza, de encanto irresistível, amantes ardentíssimas, sábias das carícias; é também de geral conhecimento que elas não conseguem desembocar no gozo – não o alcançam jamais, sempre insatisfeitas, a pedir mais, em furar crescente (Amado, 2008, p. 113).

Inegavelmente, a imagem produzida acerca da mulher negra/mestiça/parda é sempre negativa e promiscua. Se, à primeira vista, personagens como Gabriela são entendidas como “insubmissas” ou “subversivas”, essas estão, na realidade, dentro da lógica patriarcal, e isso não as isenta de violências e estigmas.

Como anteriormente dito, ainda que pareçam, em um primeiro momento, distantes, Berenice e Gabriela dialogam no que se refere a uma sociedade racista e herdeira do regime escravocrata, que ainda trata com certo saudosismo uma era de violações não apenas de corpos,

mas de identidades. O negro foi e ainda é o *outro* – perigoso, selvagem e sexualizado. Portanto, ao se (re)pensar a questão de gênero, partindo de uma perspectiva decolonial e interseccional, é possível então compreender como conceitos de raça, classe e gênero aparecem diretamente ligados, reafirmando-se: as mulheres negras são duplamente “o outro”, pois não se enquadram nem no masculino nem na branquitude (Cf.: Kilomba, 2019). Ademais, as noções emancipatórias elaboradas pelas mulheres brancas não abrangeram as vivências das mulheres negras e

O papel político e social dessa mulher (branca) assumiu contornos universais e unitários, sem a percepção de que as experiências vivenciadas pelas mulheres não poderiam ser sintetizadas em uma única identidade. Ficaram patentes os limites da perspectiva feminista ocidental eurocêntrica, incapaz de visualizar os processos de racialização de gênero e classe presentes em cada contexto social e político (Brah *apud* Rios; Da Silva, 2015)

Levanta-se, assim, a crítica a literatura brasileira que, aqui entendida como elemento formador de noções de pertencimento e de brasilidade, foi durante muito tempo alimentada por conceitos presentes na sociedade: o racismo, o machismo, a heteronormatividade e as relações de poder exercidas do masculino sobre o feminino.

No que se refere as questões raciais e a problemática ideia de uma democracia racial, defendida principalmente por autores brancos – o que, inevitavelmente, inclui o próprio Jorge Amado – acabou por enquadrar as mulheres negras (ou, no caso de Gabriela, “mestiça”, uma vez que se subentende o cruzamento das raças) como personagem principal, mas sem lhes tirar o estereotipo ultrassexualizado e animalesco. Torna-se de eminente importância revisitar essas personagens, (re)entendendo aquilo que sempre representaram: indivíduos dotados de inteligência, afetos, vontades... É necessário, portanto, tirar da mulher negra o símbolo simplista e reduutivo de que essa é sempre sensual, alegre e servil; compreendendo assim que o corpo negro é corpo pulsante. E corpo pulsante é corpo político.

## Referências

- AMADO, Jorge. *Gabriela, cravo e canela*. Rio de Janeiro: Record; Livraria Martins, 2012.
- AMADO, Jorge. *Tenda dos milagres*. São Paulo: Martins, 2008.
- BLANC, Marcel. *Os Herdeiros de Darwin*. São Paulo: Scritta, 1994.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.
- CHALHOUB, Sidney. Medo branco de almas negras: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio. *Revista Brasileira de História*, v. 8, n. 16, p. 83-105, 1988.

- CHARBEL, Felipe. A ficção histórica e as transformações do romance contemporâneo. In: CHARBEL, Felipe; GUSMÃO, Henrique Buarque de; MELLO, Luiza Laranjeira da Silva (Orgs.). *As formas do romance: estudos sobre a historicidade da literatura*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2016.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio (Orgs.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2007.
- DA SILVEIRA, Renato. Os selvagens e a massa: Papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental. *Revista Afro-Ásia*, Salvador, n. 23, 1999.
- DAVIS, Angela. *Estupro, racismo e o mito do estuprador negro*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Rio de Janeiro; São Paulo: Boitempo, 2016.
- DE ANDRADE, Michely Peres. "Um defeito de cor": Diáspora negra e (de)colonialidade de gênero na literatura brasileira contemporânea. *Anais do [...] Congresso Brasileiro de Sociologia, 18º*. Brasília, jul. 2017. Disponível em: <http://www.adaltech.com.br/anais/sociologia2017/resumos/PDF-eposter-trab-aceito-0602-1.pdf>. Acesso em: nov. 2023.
- DE BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.
- ENGELS, Frederick. Outlines of a critique of political economy. *Deutsch-Französische Jahrbücher*, v. 1, n. 1, 1844.
- EVARISTO, Conceição. Da representação à auto-apresentação da Mulher Negra na Literatura Brasileira. *Revista Palmares*, n. 1, v. 1, p. 52-57, 2005.
- EVARISTO, Conceição. *Poemas da recordação e outros movimentos*. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EdUFBA, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. Tomo I: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *O que é o autor?* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: *Problemas de gênero*. Ensaios brasileiros contemporâneos. Rio de Janeiro: Funarte, 2016.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista ciências sociais hoje*, n. 1, v. 2, p. 223-244, 1984.
- HAHNER, June E. *A mulher no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação*. Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LAROCHE, Maximilien. *La découverte de l'Amérique par les Américains*. Quebec: GRELCA, 1989.
- LINS, Paulo. *Cidade de Deus*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. *African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. CODESRIA Gender Series*, Dakar, v. 1, 2004.

- PENA, Maria Valeria Junho. *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.
- PESAVENTO, S. J. O mundo como texto: leituras da História e da Literatura. *Revista História da Educação*, n. 14, v. 7, p. 31-45, 2003.
- POCOCK, J. Conceitos e discursos: uma diferença cultural? Comentário sobre o paper de Melvin Richter. In: JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João (Orgs.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Loyola, 2006.
- RATTS, Alex. Gênero, raça e espaço: trajetórias de mulheres negras. *Anais Eletrônicos do [...]. Encontro Anual da ANPOCS, XXVII*. Caxambu, 2003. Disponível em: [http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=4259&Itemid=316](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4259&Itemid=316). Acesso em: 11 jul. 2023.
- RIOS, Roger Raupp; DA SILVA, Rodrigo. Discriminação múltipla e discriminação interseccional. Aportes do feminismo negro e do direito da antidiscriminação. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 16, jan.-abr. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-335220151602>.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.
- ZUCCOLOTTO, Vinícius Rodrigues. O culturalismo de Freyre versus a persistência dos determinismos de raça e clima na formação social brasileira: uma reflexão a partir de "Casa Grande & Senzala". *Simbiótica. Revista Eletrônica*, Vitória, n. 2, 2012. DOI: <https://doi.org/10.47456/simbitica.v1i2.4800>.